



ENTREVISTA

Palavras-chave: Riscos, Vulnerabilidades, Sustentabilidade, Acordos.

“Três grandes acordos deveriam ter colocado o mundo em um rumo mais sustentável para o futuro”

POR: CILENE VICTOR

ENTREVISTADO: GEORGIOS KOSTAKOS

1. Passaram-se cinco anos desde que o Marco de Sendai, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris foram adotados. O que avançou e o que retrocedeu durante esse tempo? Você poderia comentar sobre cada um?

Que ano 2015 foi! Três grandes acordos que deveriam ter colocado o mundo em um rumo mais sustentável para o futuro. A promessa desses acordos realmente se concretizou? Não totalmente, não como se gostaria, mas ainda há espaço.

Por exemplo, a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) continuam a ser a principal estrutura de ação para o desenvolvimento sustentável, para todos os países, desenvolvidos, em desenvolvimento e intermediários. Muitos países já apresentaram Avaliações Nacionais Voluntárias (ANV), alguns deles já duas vezes, sobre como implementam os ODS. Infelizmente, a revisão por pares na ONU, no Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável (HLPF) não é muito substancial. Ainda não está claro se um progresso significativo está sendo alcançado, com a implementação real de ODS que sejam relevantes para o cidadão médio em sua cidade e região. Com a pandemia da COVID-19 e as dificuldades econômicas relacionadas, é possível que as coisas estejam retrocedendo em relação aos ODS relevantes.

Em relação ao sucesso do Acordo de Paris sobre mudança climática pressupõe-se um nível de compromissos para a ação climática que os Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) ainda não alcançaram. Há sinais positivos por parte da União Europeia, que pretende aumentar sua ambição de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 55% até 2030, mas isso ainda está para ser adotado e há resistência interna. Grandes incêndios florestais na Austrália, Brasil, Califórnia e até na Sibéria estão liberando enormes quantidades de CO₂ na atmosfera, cancelando os ganhos modestos obtidos pela relativa inatividade econômica e restrições de viagens aéreas devido à COVID-19 nos últimos meses. No campo político, as eleições nos Estados Unidos em novembro selam a retirada do país do Acordo de Paris, o que é um golpe significativo para sua implementação, ou para os esforços para voltar a aderir ao Acordo, dependendo de quem for eleito. A propósito, a Conferência do Clima, a COP 26, que deveria ocorrer em Glasgow, Reino Unido este ano, foi adiada para o próximo ano por causa da pandemia, mas uma cúpula especial foi recentemente anunciada pelo Secretário-Geral da ONU e pelo Primeiro Ministro do Reino Unido para 12 de dezembro de 2020, para que os líderes apresentem as medidas que tomaram nos primeiros cinco anos de implementação do Acordo.

Não sigo o Marco de Sendai de perto, mas no geral tenho a impressão de que não está visível ao público nem particularmente ativo em si. Com tantos desastres marcantes, desde a pandemia até a crise econômica, furacões

e incêndios, o mundo deveria ter se mobilizado em torno do Marco de Sendai, dentro de cada país e além das fronteiras. A defesa civil e a noção de resiliência dão um novo significado às ações de prevenção ou de gestão de desastres.

2. Os documentos e acordos não vinculantes, como a Agenda 2030 e o Marco de Sendai, têm maior probabilidade de perder força ao longo do tempo?

Mesmo o Acordo de Paris não é um tratado internacional “propriamente”, pois foi feito para agradar aos norte-americanos e permitir que o presidente Obama o ratificasse sem levá-lo ao Senado. Essa tendência relativamente nova, que também é evidente com o Pacto de Migração, mostra como as ideias brilhantes e potencialmente transformadoras com pessoas de alto nível para apoiá-las acabam caindo em inatividade e diminuindo sua influência.

3. Qual é o principal desafio para construir políticas mundiais de RRD mais significativas?

A redução de riscos de desastres (RRD) não deve ser limitada a poucos conhecedores no âmbito da Agenda 2030, do Acordo de Paris e do próprio Marco de Sendai. Ela deve fazer parte dos currículos escolares e dos exercícios práticos para preparar a sociedade para lidar com os principais riscos que cada país deve enfrentar ou já enfrenta.

Eu acho que a RRD não é levada a sério o suficiente, pelo menos por algumas áreas da máquina estatal e não recebe o status que deveria ter.

4. Diante da frequência e intensidade dos desastres em todo o mundo, por que as políticas de RRD não estão presentes nos compromissos dos líderes mundiais?

Embora aqueles que trabalham na Agenda 2030 e no Acordo de Paris tenham dedicado muito tempo e esforço para atrair apoio de alto nível, de líderes dos vários países, o Marco de Sendai não atingiu esse nível de visibilidade, de abordagem integrada de todo o governo, nem o conhecimento das questões tratadas nele.

5. Qual é o papel da mídia na redução da invisibilidade ou opacidade dos impactos dos desastres e mudanças climáticas?

Como sempre, os meios de comunicação têm um papel muito central a desempenhar, em termos de informar as pessoas, mas estão envolvidos numa guerra que se alastra entre políticos e muitas vezes cientistas, o que leva a distorções da verdade, exageros ou subavaliações, os diversos tipos e qualidades das notícias também contribuem para a confusão entre a população em geral. Vemos isso acontecendo nos Estados Unidos com muita clareza e, suponho, no Brasil também. Muitas vezes, é parte do jogo político que atingiu novos níveis de fake news e falta de integridade, muitas vezes com interesses econômicos

subjacentes. Espero que a mídia eventualmente encontre sua voz independente e ajude realmente a educar as pessoas sobre o que está acontecendo e o que precisa ser feito para evitar desastres, em vez de confundir as pessoas e piorar a situação.

6. E quanto ao papel da comunidade acadêmica para diminuir a distância entre a pesquisa e as demandas da sociedade no contexto das mudanças climáticas?

Acredito que a comunidade científica tem contribuído muito para identificar que as mudanças climáticas estão acontecendo e propor formas de enfrentá-las. É claro que há divergências mesmo dentro da comunidade científica, mas muito poucos cientistas realmente duvidam do básico. Claro, quando esses poucos cientistas unem forças ou são usados por políticos populistas para desorientar as pessoas, eles traem seu próprio papel objetivo e semeiam confusão e destruição. Isso atrasou a ação de países como os Estados Unidos e o Brasil sobre as mudanças climáticas, que deveriam e poderiam estar fazendo muito mais e, no caso da COVID-19, custou muito mais vítimas do que o necessário.

7. Em 2019, você foi candidato ao Parlamento Europeu em representação a um Partido Verde grego. A partir de sua expectativa e experiência, o que o Partido Verde precisa fazer para convencer os eleitores e a opinião pública sobre a urgência de uma agenda verde?

No ano passado, fui de fato candidato às eleições para o Parlamento Europeu por um dos vários partidos verdes na Grécia, meu país de origem. Lembro-me que você visitou Bruxelas naquela época e me entrevistou para uma TV brasileira. Nenhum dos partidos verdes na Grécia elegeu um membro no Parlamento Europeu nessa eleição, em grande medida devido à sua fragmentação, falta de organização e recursos. Juntamente com outros colegas, estamos agora tentando unir os vários partidos verdes na Grécia para um melhor resultado no futuro. Em outros países da UE, porém, os Verdes se saíram muito bem, especialmente na Alemanha, de modo que seu grupo no Parlamento Europeu agora tem quase 70 deputados. Os Verdes têm tido muito sucesso, de certa forma, porque sua agenda foi adotada por quase todos os outros partidos, até mesmo por políticos conservadores como a atual Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que apresentou o Acordo Verde Europeu. Para convencer o público sobre seu valor agregado, os Verdes precisam ser mais claros sobre suas políticas e como elas se diferenciam das demais, enfocando os três elementos da sustentabilidade, ou seja, meio ambiente, economia e sociedade.

8. O Grupo Verdes /EFA e o Parlamento Europeu “têm apelado sistematicamente para uma abordagem mais holística que cubra todos os pilares

do sistema de asilo e migração da União Europeia”. O que significa abordagem holística neste contexto?

Entre os elementos de uma abordagem holística que a União Europeia (UE) poderia adotar estão: uma política de vistos e migração que permitiria às pessoas fazerem a solicitação a partir de seus países de origem e serem selecionadas para obter uma autorização de residência e trabalho na Europa; a partilha real de refugiados em números correspondentes à população de cada Estado-Membro da UE, aliviando assim o peso que agora está colocado sobre os países fronteiriços da UE; apoio à criação de oportunidades nos países de origem para manter as pessoas seguras e empregadas; e prisão de traficantes de seres humanos.

9. Em sua opinião, como as pessoas internamente deslocadas por desastres foram consideradas nas políticas de migração?

A Europa, de onde venho e onde estou atualmente baseado, não pode acomodar nem mesmo os da Síria e de outros lugares que merecem proteção como refugiados de países devastados pela guerra. Seria um salto significativo de fé e cooperação intra-UE se um dia a Europa também concordasse em considerar a concessão de asilo a pessoas deslocadas por catástrofes naturais e provocadas pelo homem ...

10. No 75º aniversário da ONU, o que temos a comemorar na área ambiental?

Muito progresso foi alcançado na esfera ambiental desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, que ocorreu em Estocolmo, Suécia. Alguns marcos importantes foram a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e suas outras duas "irmãs do Rio" que tratam da biodiversidade e da desertificação, o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, os 17 ODS que tratam de questões ambientais etc. Vale a pena comemorar tudo isso e muito mais como parte da UN75.

Georgios Kostakos é co-fundador da Foundation for Global Governance and Sustainability (FOGGS), entidade sediada na Bélgica. Kostakos tem quase trinta anos de experiência na área de relações internacionais, tanto com atuação na prática, quanto como pesquisador. Isso inclui 14 anos nas Nações Unidas, com atribuições em vários países, com destaque na África do Sul, onde esteve como observador nas eleições que acabaram com o apartheid no país (1994); no Haiti, em 1995, em programas para promover os direitos humanos; na Bósnia, para reportar de lá o pós Acordo de Dayton (1996). Atuou como Secretário Adjunto do Comitê da Assembleia Geral da ONU sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino (2000-2003), promovendo o planejamento estratégico da ONU e a reforma como Primeiro Oficial da Unidade de Planejamento Estratégico do Secretário-Geral da ONU (a maior parte de 2003-2006), organizou o primeiro evento de alto nível sobre mudança climática em Nova York (2007), avançando o sistema das Nações Unidas sobre mudança climática da Secretaria do Conselho de Executivos do Sistema das Nações Unidas para Coordenação (CEB, 2008-2009). Como Conselheiro Sênior e Secretário Executivo Adjunto Interino do Painel de Sustentabilidade Global da ONU (GSP, 2010-2012), Kostakos preparou o terreno para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apoiou as negociações que resultaram no Acordo de Paris (UNFCCC COP21, 2015). Até recentemente, foi Coordenador Temático de Ação Climática no NEEMO EEIG, onde coordenou o monitoramento de projetos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas cofinanciados pelo Programa LIFE da União Europeia. Tem organizado cursos de pós-graduação em assuntos internacionais na Universidade de Atenas e lecionou Governança Global e Organizações Internacionais para alunos de pós-graduação na Brussels School of International Studies, University of Kent. Ele tem mestrado e doutorado em Relações Internacionais (Kent, Reino Unido). Em 2019, Kostakos foi candidato ao Parlamento Europeu, concorrendo por um dos Partidos Verdes da Grécia, seu país de origem.

